



UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ
DIRETORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL



EDMILSON SARTI GUIMARÃES

ESTUDO SOBRE EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA NO MUNICIPIO DE
APIAÍ/SP NOS PERIODOS DE 2009/2010/2011

MONOGRAFIA DE ESPECIALIZAÇÃO

CURITIBA

2013

EDMILSON SARTI GUIMARÃES



**ESTUDO SOBRE EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA NO MUNICIPIO DE
APIAÍ/SP NOS PERIODOS DE 2009/2010/2011**

Monografia apresentada como requisito parcial à obtenção do título de Especialista na Pós Graduação em Gestão Pública Municipal, Modalidade de Ensino a Distância, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR – *CampusCuritiba*.

Orientador(a): Professora Luci Inês Bassetto

EDUCAÇÃO À DISTANCIA

CURITIBA

2013



TERMO DE APROVAÇÃO

Estudo sobre Execução Orçamentária no Município de Apiaí/SP nos períodos de
2009/2010/2011

Por

Edmilson Sarti Guimarães

Esta monografia foi apresentada às..... h do dia **xx de Ycccccc de 2013**, como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista no Curso de Especialização em Gestão Pública Municipal, Modalidade de Ensino a Distância, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, *Campus* Curitiba. O candidato foi argüido pela Banca Examinadora composta pelos professores abaixo assinados. Após deliberação, a Banca Examinadora considerou o trabalho

Prof^a. M.Sc
UTFPR – *Campus* Curitiba
(orientadora)

Prof Dr.
UTFPR – *Campus* Curitiba

Prof M.Sc.
UTFPR – *Campus* Curitiba

Dedico

A DEUS,

Como Pai e orientador daqueles que buscam sua sabedoria divina para trilharem os seus caminhos;

Aos nossos pais,

Que nos deram a oportunidade de demonstrarmos, o quanto aprendemos deles;

Aos ilustres mestres,

Que dedicaram de seu tempo, energia e saber pra nos instruírem e colaborarem com nossa formação pessoal e profissional.

A todos os meus colegas e a minha família que no dia-a-dia compartilharam comigo toda a experiência do saber.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a DEUS, aos nossos pais e familiares, colegas de trabalho e de curso, aos nossos professores, que com tanto afincio colaboraram para conclusão do Curso de Especialização em Gestão Pública Municipal.

“Quando, na vida, uma porta se fecha para nós, há sempre outra que nos abre. Em geral, olhamos com tanto pesar e ressentimento para a porta fechada, que não nos apercebemos da outra que se abriu”.

(Os Marden)

“O Segredo é não correr atrás das borboletas... E sim cuidar do jardim para que elas venham até você”.

(Mário Quintana)

RESUMO

SARTI, Edmilson. Estudo sobre Execução Orçamentaria no Município de Apiaí/SP no período de 2009/2010/2011. 2013. 46 folhas. Especialização em Gestão Pública Municipal. Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2013.

A execução do orçamento é uma ferramenta de grande importância para o controle e monitoramento da despesa pública. Assim, o orçamento torna-se uma ferramenta eficaz para a tomada de decisão por parte do administrador público. Neste contexto, o presente estudo teve como objetivo verificar a forma de divulgação das contas públicas, relatórios de execução orçamentária, balanços, balancetes de origem e aplicação de investimentos durante períodos de 2009/2010/2011 Prefeitura Apiaí/SP. O trabalho demonstra a facilidade de controle dos gastos públicos, a importância de buscar a transparência e aumentar a participação do público em relação à administração pública. O estudo mostra que o processo de orçamentação Apiaí/SP, tem um acompanhamento dos gastos públicos e da aplicação de recursos, a questão da LFR enfatiza a participação do público através de audiências públicas, bem como a importância de mudar a mentalidade da sociedade sobre a forma como a população pode efetivamente participar neste processo.

Palavras-chave: Orçamento, controle, transparência.

ABSTRACT

SARTI, Edmilson. Study on budget execution in the Municipality of Apiaí/SP in the period 2009 /2010/2011. 2013. 47 Sheets. Specialization in Public Management Municipal. Federal Technological University of Parana, Curitiba, 2013.

The budget execution is a tool of great importance for the control and monitoring of public expenditure. Thus, the budget becomes an effective tool for decision-making on the part of public administrator. In this context, the present study aimed to verify the form of accounts disclosure of public, budget execution reports, balance sheets, balance sheets of source and application of investment during periods of 2009/2010/2011 City Hall Apiaí / SP. The work demonstrates the ease of monitoring of public expenditures, the importance of seeking transparency and increase public participation in relation to public administration . The study shows that the budgeting process Apiaí / SP, has a monitoring of public expenditures and the application of resources, the issue of LFR emphasizes public participation through public hearings, and the importance of changing the mindset of society on the way the population can effectively participate in this process.

Keywords: Budget, control, transparency.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Pg. do Portal do Cidadão – Tribunal de Contas do Estado de SP: (Consulta de Receitas – Município de Apiaí/SP).....	18
Figura 2 – Gastos na Saúde por Habitante	25
Figura 3 – Investimentos na Educação.....	26

LISTA DE TABELA

Tabela 1 – Demonstrativo de Gastos com Pessoal PM de Apiaí/SP.....	16
Tabela 2 – PM de Apiaí Origens e Aplicações de Recursos.....	21
Tabela 3 – PM de Apiaí Origens e Aplicações de Recursos.....	23
Tabela 4 – Outras Análises Verticais: Receitas e Despesas.....	24
Tabela 5 – Quociente do Resultado Orçamentário.....	24
Tabela 6 – Quociente da Execução Orçamentária Corrente.....	25

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	01
1.2 PROBLEMA	02
1.3 OBJETIVOS	02
1.3.1 Objetivos Geral.....	02
1.3.2 Objetivos Específicos	02
1.3.3 Justificativas.....	02
2 METODOLOGIA	03
3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	04
3.1 Lei de Responsabilidade Fiscal.....	04
4 ORÇAMENTO PÚBLICO	06
4.1 Processo de Planejamento – Orçamentário.....	07
4.2 Lei Orçamentário Anual (LOA).....	07
4.3 Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).....	08
4.4 Plano Plurianual (PPA).....	08
5 PRINCIPIO DA TRANSPARÊNCIA	11
6 RELATORIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA	11
6.1 Relatório de Gestão Fiscal.....	13
6.2 Prefeitura Municipal de Apiaí.....	15
6.3 Procedimentos Utilizados para Controlar as Despesas com Pessoal	15
7 MUDANÇAS	19
CONCLUSÃO	27
REFERENCIAS	28
ANEXOS	29

1. INTRODUÇÃO

A administração Pública deve cumprir estritamente as etapas na elaboração ou planejamento orçamentário, procurando adequá-las da melhor forma possível, durante todo o período estabelecido para a vigência desse orçamento, objetivando o melhor resultado no confronto das receitas e despesas, pois havendo superávits ou déficits podem ser um sinal de descontrole dos gastos públicos.

A sociedade pode acompanhar a utilização de todo o dinheiro arrecadado, que consta nos cofres públicos, que é caracterizado no orçamento, pois isso se torna uma ferramenta de controle e de democracia, objetivando a melhor aplicação desses recursos para benefício da sociedade.

O trabalho é de grande importância para a Administração Pública Municipal, pois utilizando ações planejadas com eficiência, os gestores públicos podem atingir a excelência administrativa e atender os anseios da sociedade, na questão da saúde, moradias, educação, obras sócias e etc...

O trabalho tem o objetivo verificar se a processo orçamentário implementado nos períodos de 2009/2010/2011, seguiram os critérios da LOA - Lei Orçamentária Anual, LDO – Lei de Diretrizes Orçamentária, PPA – Plano Plurianual, quanto ao seu planejamento das Receitas e Despesas do Município de Apiaí/SP.

Segundo o art. 48 da LRF, a Transparência é assegurada através da divulgação ampla, inclusive pela Internet, de planos, orçamentos e leis de diretrizes orçamentárias; relatórios de prestações de contas e respectivos pareceres prévios; relatórios resumidos da execução orçamentária e gestão fiscal, bem como das versões simplificadas de tais documentos. Nascimento (2001, p. 11), elucida que a LRF tem por escopo sedimentar o regime de gestão fiscal responsável, mediante a implementação de mecanismos legais que deverão nortear os rumos da administração pública.

1.2 PROBLEMA

O problema enfocado no trabalho diz respeito à execução das receitas e despesas de acordo com o planejamento LOA-LDO-PPA, o acompanhamento dos gastos públicos, através dos dados disponibilizados através da internet, relatórios, balancetes. Mesmo tendo uma ampla divulgação referente à administração pública, abre-se um questionamento, se a sociedade tem ciência da disponibilidade dessas informações e o referido incentivo a sua participação.

1.3 OBJETIVOS

1.3.1 Objeto Geral

O trabalho tem o objetivo verificar se a processo orçamentário implementado nos períodos de 2009/2010/2011, seguiram os critérios da LOA - Lei Orçamentária Anual, LDO – Lei de Diretrizes Orçamentária, PPA – Plano Plurianual, quanto ao seu planejamento das Receitas e Despesas do Município de Apiaí/SP.

1.3.2 Objetivos Especificos

- 1) Elencar a Legislação que trata do Processo Orçamentário nos Municípios.
- 2) Verificar o Processo Orçamentário do Município de Apiaí.
- 3) Identificar nos demonstrativos contábeis nos períodos de 2009/2010/2011, se as receitas e despesas foram realizadas de acordo com o LOA-LDO-PPA.

1.3.3 Justificativa

Para a administração pública, este estudo é de grande relevância, pois é através dos relatórios de gestão fiscal, que as metas e os limites são estabelecidos, a LRF deu forma ao Relatório Resumido da Execução Orçamentária, definiu o que compõe o relatório, como se publica essa informação.

Com a Lei os administradores passaram a ter a responsabilidade do aumento do acompanhamento e a participação popular possibilita um maior controle dos gastos públicos, e uma maior tomada de decisão do gestor público.

O trabalho permite expor os dados obtidos, buscando tornar as informações mais adequadas e compreensíveis para os leitores, principalmente a população, visando à participação da sociedade, para um melhor controle e transparência da gestão.

2 METODOLOGIA

Neste item você deverá consultar um livro que fale sobre metodologia e como a sua forma de trabalho é consultada em documentos verifique qual a metodologia para esta forma.

Este trabalho foi realizado sobre o a Prefeitura de Apiaí/SP, sobre a forma da divulgação das contas pública, relatórios de execução orçamentária, balanços, balancetes de origem e aplicação de investimentos.

O presente trabalho trás a facilidade do acompanhamento dos gastos públicos, a importância de se buscar a transparência e o aumento a participação popular.

A opção pelo tema abordado veio do interesse de aprimorar os conhecimentos no que se refere à Administração Pública.

Em concordância com o objetivo deste trabalho, a pesquisa teve característica exploratória, uma vez que, “tem como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e idéias, tendo em vista, a formulação de problemas mais preciosos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores”. (GIL, 2007, p. 23)

Quanto à metodologia, consiste em cunho qualitativo do ponto de vista dos dados obtidos mediante pesquisa bibliográfica, fonte de livros, artigos, internet e à forma da divulgação das contas pública, relatórios de execução orçamentária, balanços, balancetes de origem e aplicação de investimentos nos períodos de 2009/2010/2011 da Prefeitura Municipal de Apiaí/SP.

3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

3.1 Lei de Responsabilidade Fiscal

A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) entrou em vigor com sua publicação em 04 de maio de 2.000, durante o Governo FHC. A Lei provocou mudanças substanciais na maneira de como é conduzida a gestão financeira dos três níveis do governo (RESTON, 2000). Torna-se necessário saber planejar o que deverá ser executado, pois além da execução deve-se controlar os custos envolvidos, cumprindo o programado dentro do custo previsto.

De acordo com Silva (2001, p. 18-19):

... a LRF representa um instrumento eficaz no auxílio aos governantes, quanto à gerência dos recursos públicos, primando por regras claras e precisas, que deverão ser aplicadas a todos os gestores de recursos públicos, bem como em todas as esferas de governo, desde que relacionadas à gestão do patrimônio público, e gestão da receita e despesa públicas, bem como ao endividamento do setor publico em geral. (Silva 2001, p. 18-19)

Como esclareceu Pelicioli (2000, p. 109), a LRF dá suporte à criação de um sistema de planejamento, execução orçamentária e disciplina fiscal, até então inexistente no cenário brasileiro. Tem o objetivo de controlar o déficit público, para estabilizar a dívida em nível compatível com o status de economia emergente. Seu aspecto inovador, segundo análise de Cruz (2001, p. 8), reside no fato de responsabilizar o administrador público pela gestão financeira, criando mecanismos de acompanhamento sistemático (mensal, trimestral, anual e plurianual) do desempenho.

O fundamento da Lei de Responsabilidade Fiscal está nos artigos 163 a 169 da Constituição Federal, mas especificamente no artigo 165, §9º., os quais expressam a intenção do legislador de promover uma administração financeira eficiente, atendendo ao critério de maior controle da sociedade sobre o Estado.

O orçamento em si constitui num instrumento político, porque através dele os atos em que os recursos públicos estão envolvidos são legitimados, isto faz com que ele seja um instrumento democrático, teoricamente seja utilizado de forma errônea, desviando-se dos fins para os quais foi criado.

De acordo com Kohoma (1998, p.61) o orçamento público visto como instrumento econômico proporciona através do uso das informações sobre a situação sócio-econômica ele sabe quais as áreas necessitam de maiores investimentos, em quais se devem ser implantados projetos de crescimento econômico e desenvolvimento social, especialmente nos países subdesenvolvidos ou em base de desenvolvimento.

A lei complementar 101 de 04 de maio de 2000, visa uma maior transparência e controle social e faz-se necessária evidenciando os instrumentos a serem utilizados pela administração pública.

Figueiredo (2001, p. 17) explicita que o principal elemento distintivo da LRF é o estabelecimento de novo padrão fiscal no país, procurando configurar o que, para muitos, significa um choque de moralidade na gestão pública, pois enseja a responsabilização pelos gastos e demais providências de natureza administrativa.

Segundo Khair (2001, p. A16), a LRF pode contribuir significativamente para impedir heranças fiscais desastrosas, que imobilizam governos recém-empossados, quando têm que assumir dívidas e compromissos financeiros de antecessores. Por isso, reforça-se a proibição de aumentos salariais em final de governo e a contratação de obrigações que não possam ser pagas com recursos pertinentes àquele mandato.

A lei de Responsabilidade Fiscal obriga que as finanças sejam apresentadas detalhadamente ao Tribunal de Contas (da União, do Estado ou do Município – caso das Capitais de São Paulo e Rio de Janeiro). Tais órgãos podem aprovar os gastos ou não. Em caso das contas serem rejeitadas, será instaurada investigação em relação ao Poder Executivo em questão, podendo resultar em multas ou mesmo na proibição de tentar novas eleições.

A administração pública que não atender as regras impostas ao Princípio da Responsabilidade, fica sujeita a sofrer punições de acordo com sua desobediência, conforme o art. 73. (LRF – Lc nº 101 de 04 de Maio de 2000).

Art. 73. As infrações dos dispositivos desta Lei Complementar serão punidas segundo o Decreto-Lei no 2.848 , de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal); a Lei no 1.079 , de 10 de abril de 1950; o Decreto-Lei no 201 , de 27 de fevereiro de 1967; a Lei no 8.429 , de 2 de junho de 1992; e demais normas da legislação pertinente. (LRF – Lc nº 101 de 04 de Maio de 2000).

As penalidades previstas neste artigo vão desde multa sobre os vencimentos anuais até a detenção e cassação do mandato. Toda a sociedade e nossos fiscalizadores (vereadores) podem denunciar irregularidades.

No cumprimento a LRF, o orçamento e as metas, seguem para ser apresentados e aprovados pelo Poder Legislativo, a Prefeitura de Apiaí/SP promove audiência pública para a elaboração e apresentação da Lei Orçamentária Anual (LOA).

O objetivo da audiência é mostrar ao público e aos servidores municipais, os recursos que estarão disponíveis, e pra que todos tenham consciência dos gastos. Outro ponto importante é a prestação de contas para cada munícipe, sempre com transparência e respeito ao cidadão.

4 ORÇAMENTO PÚBLICO

O orçamento público é o instrumento por meio do qual o governo estima as receitas que irá arrecadar e fixa os gastos que espera realizar durante o ano.

É uma técnica de planejamento e programações de ações que são condensadas no planejamento integrado. Busca analisar a situação atual, para identificar as ações ou alterações a serem desenvolvidas visando atingir a situação desejada.

A partir da Lei nº. 4320/1964 e com a chegada da Lei Complementar nº. 101/2000, o orçamento ganhou mais "status" com a implementação do orçamento-programa, integrado aos sistemas de contabilidade pública. Em direito administrativo, o orçamento público é uma ação administrativa através do qual o Poder Legislativo autoriza o Poder Executivo a realizar determinada despesa pública, destinada a cobrir as despesas ao Estado ou a seguir a política econômica do País.

“O Orçamento Nacional deve ser equilibrado”.

As Dívidas Públicas devem ser reduzidas, a arrogância das autoridades deve ser moderada e controlada.

Os pagamentos a governos estrangeiros devem ser reduzidos, se a Nação não quiser ir à falência.

“As pessoas devem novamente aprender a trabalhar, em vez de viver por conta pública.” Marcus Tullius Cícero - Roma, 55 A.C.

É uma técnica de planejamento e programações de ações que são condensadas no planejamento integrado. Busca analisar a situação atual, para identificar as ações ou alterações a serem desenvolvidas visando atingir a situação desejada.

4.1 Processo de Planejamento - Orçamentário

Também conhecido como Sistema de Planejamento integrado, procura por meio de escolha de alternativas prioritárias, o melhor emprego dos meios disponíveis para minimizar os problemas econômicos e sociais existentes.

Possui três instrumentos principais:

- a) Lei Orçamentária Anual (LOA),
- b) Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO)
- c) Plano Plurianual (PPA).

4.2 Lei Orçamentária Anual (LOA)

LOA estima as receitas e fixa as despesas de toda a administração pública federal para o ano subsequente.

Compreende a Lei orçamentária Anual:

- I** - o *orçamento fiscal* referente aos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta inclusive fundações instituídas e mantidas pelo poder público.
- II** - o *orçamento de investimento das empresas* em que o Estado, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto; e
- III** - o *orçamento da seguridade social*, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da administração direta ou indireta, bem como os fundos e fundações instituídos e mantidos pelo Poder Público.

O prazo de entrega do Projeto LOA – Lei Orçamentária Anual ao Poder Legislativo é no dia 30 de setembro de cada exercício.

A data da audiência pública para elaboração da LOA do município de Apiaí para exercício de 2012, foi na data de 15/09/2011, onde o valor aprovado da LOA de 2012, teve a estimativa da receita e fixação da despesa de R\$ 38.361.325,00. Para o exercício de 2013, haverá nova audiência pública da LOA com data para 20/09/2012.

4.3 Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO)

LDO é elaborada anualmente e objetiva detalhar as metas e prioridades da administração para o ano subsequente e orientar a elaboração da lei orçamentária anual.

O prazo de entrega do Projeto LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias ao Poder Legislativo é 30 de abril de cada exercício.

A data da audiência pública para elaboração da LDO do município de Apiaí para o exercício de 2012, foi na data de 28/04/2011. A data da nova audiência pública para elaboração da LDO para o exercício 2013, no município foi dia 26/04/2012.

4.4 Plano Plurianual (PPA)

O Plano Plurianual, que vigora por quatro anos, estabelece diretrizes, objetivos e metas da administração federal para as despesas de capital e os programas de duração continuada, um planejamento de médio prazo.

§ 5º, do artigo 165 da Constituição Federal.

do governo brasileiro que tenta evitar que prefeitos e governadores endividem as cidades mais do que elas conseguem arrecadar através de impostos, Tal medida é necessária já que diversos políticos costumam no final de seus mandatos iniciarem diversas obras de grande porte, procurando sua reeleição.

A lei inova a Contabilidade Pública e a execução do Orçamento Público à medida que introduz diversos limites de gastos (procedimento conhecido como de Gestão Administrativa), seja para as despesas do exercício (contingenciamento, limitação de empenhos), seja para o grau de endividamento.

Em obediência a LRF, o prazo de entrega do Projeto de Lei do Plano Plurianual ao Poder Legislativo, será 31 de agosto do 1º ano de Mandato.

A data da última audiência pública para elaboração do PPA no município de Apiaí/SP, foi em 27/08/2009 (Exercício de 2010 ao Exercício de 2013, com isso em 2013 será realizada nova audiência pública do PPA).

Por último, a Contabilidade Pública deve ser estruturada em função da utilidade dos resultados. Este requisito é de suma importância especialmente na Contabilidade Governamental, pois a mesma é estruturada, na maioria dos organismos, de acordo com esquemas tradicionais que objetivam muito mais o atendimento das exigências de quem é responsável pela verificação de dados (Tribunais de Contas) do que das necessidades de quem deve utilizar os resultados (presidente, ministros, governadores, secretários etc.).

Como já abordado, é objetivo deste trabalho verificar a importância da LRF e um dos mecanismos utilizado por ela é o Princípio da Transparência como instrumento utilizado na gestão fiscal. Para controlar a atuação da Administração Pública, a LRF, no capítulo IX, que diz sobre a Transparência, Controle e Fiscalização, determinou aos administradores públicos a obrigação de informar a sociedade sobre as ações de governo, como também exigiu o incentivo a divulgação popular junto a Administração Pública (art. 48). Isso ocorre através da apresentação de documentos específicos, através de incentivo da participação da população, especialmente através das consultas e audiências públicas, daí a importância da facilidade do entendimento e acessibilidade a esses documentos.

A transparência almejada pela LRF se faz importante para tornar claro o modo pelo qual está sendo arrecadado e utilizado o dinheiro público, essa transparência prevista na lei torna-se ferramenta colocada ao alcance do Administrador para compartilhar as políticas públicas com a sociedade civil, pois é um dos objetivos da lei impor ao gestor dos recursos erário, uma administração responsável, mais além de tudo, transparente.

Kim et al (2005, p. 05) acreditam que “a institucionalização da participação por todas as pessoas é um alicerce para a boa governança”. Nesse sentido, a transparência só atingirá os seus reais benefícios com a efetiva participação popular no processo de tomada de decisão governamental.

Sobre a participação popular, para que se tenha a consequência da transparência, nos dizeres de Wallace Paiva Martins Júnior (2004, p. 20 e 21):

(...) Quando se arrolam entre os contemporâneos meios de atuação da transparência institutos participativos (v.g., as audiências e consultas públicas), a participação decorre e é proporcionada pela transparência administrativa, com a finalidade de, a partir do conhecimento (informação) viabilizado pela publicidade, possibilitar uma atuação mais ativa do administrado. A transparência, para além da publicidade, só prevalece com ampla participação do povo no governo. (Júnior, 2004, p. 20 e 21)

A transparência propicia uma atuação do administrativo na gerência da coisa pública, agindo como ator participativo, fiscalizando ou até mesmo ajudando o que é do interesse público.

Alguns mecanismos da Lei, que merece destaque e trouxe grande relevância para a administração pública. Podemos citar:

- Limites de gasto com pessoal;
- Limites para o endividamento público;
- Definição de metas fiscais e anuais;
- Estrutura para controle das finanças públicas em anos de eleição.

Os princípios que estão inseridos na fase de planejamento onde são elaboradas as metas, limites e situações para utilização das receitas e realização das despesas, são:

- Lei Orçamentária Anual (LOA)
- Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO)
- Plano Plurianual (PPA)

Estes dispositivos fazem com que as contas públicas sejam divulgadas à população, dando mais transparência, um dos princípios que será focado com maior evidência neste trabalho.

A lei inova a Contabilidade Pública e a execução do Orçamento Público à medida que introduz diversos limites de gastos (procedimento conhecido como de Gestão Administrativa), seja para as despesas do exercício (contingenciamento, limitação de empenhos), seja para o grau de endividamento.

Contando mais transparência e qualidade nas informações, se há mais controle pelos órgãos competentes, com ações rigorosas e contínuas.

5 PRINCÍPIO DA TRANSPARÊNCIA

Transparência da Gestão Fiscal (Art. 48 e 49). Uma importante contribuição da Lei de Responsabilidade fiscal é a da transparência da gestão fiscal, ao estabelecer que todos os principais relatórios fiscais devam ser amplamente divulgados, ao mesmo tempo incentiva e assegura a participação da sociedade.

Com o maior acompanhamento da sociedade como meio fiscalizar, todos podem acompanhar a administração e futuramente avaliá-la, a transparência, a divulgação a realização de audiências públicas, tanto do Executivo quanto pela Câmara Municipal dão mais confiabilidade ao cidadão em relação à administração. Esse mecanismo de participação e transparência ajuda a alcançar e manter o equilíbrio fiscal, pois o controle e a fiscalização é um meio seguro para controle da gestão fiscal.

As contas apresentadas pelo Executivo ficarão disponíveis, durante todo o exercício, na Câmara Municipal e no órgão responsável pela sua elaboração, para consulta pelos cidadãos e instituições.

- Transparência: é a ampla e diversificada divulgação dos relatórios nos meios de comunicação, além de audiências públicas, inclusive internet, para que todos tenham oportunidade de acompanhar como é aplicado o dinheiro público.

6 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

O Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO) e o Relatório da Gestão Fiscal (RGF) são instrumentos que asseguram a responsabilidade na gestão fiscal, pois proporcionam controle e transparência das contas públicas. O RREO tem periodicidade bimestral e auxilia o acompanhamento da realização orçamentária. O RGF é quadrimestral e proporciona o controle da despesa e dívida públicas pela observação dos limites estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

Alguns dos principais demonstrativos são:

- Balanço Orçamentário: O Balanço Orçamentário deve ser elaborado obedecendo-se a um modelo, agregado à Lei Federal Art. 102 nº 4.320/64, como Anexo 12, demonstrando as receitas previstas e as despesas fixadas, em confronto com as realizadas.

- Receita Corrente Líquida: Somatório das receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais, industriais, agropecuárias, de serviços, transferências correntes e outras receitas também correntes. Seu desenvolvimento nos últimos doze meses, assim como a previsão de sua atuação no exercício.

- Resultado Nominal: É a diferença entre as receitas e as despesas públicas, incluindo receitas e despesas financeiras. Equivale ao aumento da dívida pública em um determinado período.

- Restos a pagar: Restos a pagar são despesas empenhadas, pendentes de pagamento na data de encerramento do exercício financeiro, inscrito contabilmente como obrigações a pagar no exercício subsequente.

- Despesas com Saúde: Todo o gasto do município em ações e serviços públicos de saúde, financiado com recursos próprios, apurados para fins de verificação do cumprimento do limite mínimo constitucionalmente estabelecido. Cumpre destacar que os limites exigidos são anuais, podendo, portanto, apresentar-se em determinados meses com percentuais inferiores ao exigidos para o ano. O percentual mínimo a ser aplicado é de 15% do total da receita de impostos e transferências constitucionais e legais.

- Execução das Despesas por Função e Subfunção: Apresenta as despesas por função nos diversos níveis de informação. A função expressa o maior nível de agregação na Administração Pública nas diversas áreas da despesa que competem ao setor público. As subfunções representam uma partição da função, visando agregar determinado subconjunto de despesa do setor público.

O Balanço Orçamentário permite verificar a capacidade de planejamento do município, ou seja, a comparação do que foi previsto e realizado nas receitas. A comparação entre a despesa fixada e a despesa realizada. Esse demonstrativo destaca o refinanciamento da dívida mobiliária e o refinanciamento de outras dívidas, detalhadas por categoria econômica, subcategoria econômica, fonte e grupo de natureza da despesa. Discrimina, ainda, dotação inicial, os créditos

adicionais, a dotação atualizada para o exercício, as despesas empenhadas e liquidadas no bimestre e até o bimestre atual, e o saldo a liquidar.

6.1 Relatório de Gestão Fiscal

O relatório de Gestão Fiscal deve ser emitido ao final de cada quadrimestre e terá que conter as assinaturas do (art. 54):

O relatório será emitido pelos titulares dos Poderes e órgãos e assinado pelo:

- a) Chefe do Poder Executivo;
- b) Presidente e demais membros da Mesa Diretora ou órgão decisório equivalente, conforme regimentos internos dos órgãos do Poder Legislativo;
- c) Presidente de Tribunal e demais membros de Conselho de Administração ou órgão decisório equivalente, conforme regimentos internos dos órgãos do Poder Judiciário; e
- d) Chefe do Ministério Público, da União e dos Estados.

O Relatório de Gestão Fiscal, conforme determina a supracitada Lei, conterá demonstrativos com informações relativas à despesa total com pessoal, dívida consolidada, concessão de garantias e contragarantias de valores, bem como operações de crédito. No último quadrimestre, também serão acrescidos os demonstrativos referentes ao montante da disponibilidade de caixa em trinta e um de dezembro e às inscrições em Restos a Pagar.

- Disponibilidade de caixa: da LRF determina que a disponibilidade de caixa constará de registro próprio, de modo que os recursos vinculados a órgão, fundo ou despesa obrigatória fiquem identificados e escriturados de forma individualizada. Como exemplos de vinculações de recursos, temos: recursos destinados a ações e serviços públicos de saúde, à manutenção e desenvolvimento do ensino, ao regime próprio de previdência do servidor e às operações de crédito com finalidade específica. A vinculação de recursos não se confunde com o montante utilizado para o cumprimento dos diversos limites impostos pela legislação (saúde, educação, etc...), os quais possuem suas regras próprias. A partir das vinculações estabelecidas por lei, a contabilidade deve ser

capaz de refletir essas vinculações. Para a contabilidade da União é usado o mecanismo da fonte/destinação.

- Restos a Pagar: Restos a pagar são despesas empenhadas, pendentes de pagamento na data de encerramento do exercício financeiro, inscrito contabilmente como obrigações a pagar no exercício subsequente. De acordo com a Lei 4.320/64, art 36, e Decreto nº 93.872/86, art. 67, "consideram-se Restos a Pagar as despesas empenhadas e não pagas até 31 de dezembro, distinguindo-se as despesas processadas das não processadas". Diz-se que a despesa está processada quando já transcorreu o estágio da liquidação.

A inscrição em Restos a Pagar é feita na data do encerramento do exercício financeiro de emissão da nota de empenho, mediante registros contábeis; nessa mesma data, processa-se também a baixa da inscrição feita no encerramento do exercício anterior.

A inscrição feita terá validade até 31 de dezembro do ano subsequente, período no qual o credor deverá habilitar-se ao recebimento do que lhe é devido. É vedada a reinscrição.

Muitas vezes ocorre que o pagamento só vem a ser reclamado após o cancelamento da inscrição; nestes casos, reconhecido o direito do credor, o pagamento deverá ser efetuado à conta do orçamento vigente, na rubrica Despesas de Exercícios Anteriores, o que é bem diferente da situação que se está examinando, pois quando há inscrição em Restos a Pagar, a despesa corre à conta do orçamento em que estava autorizada; no exercício do pagamento, o desembolso afetará apenas o fluxo de recursos financeiros do Tesouro.

A prescrição relativa ao direito do credor ocorre em cinco anos, contados a partir da data da inscrição, excetuando-se os casos em que haja interrupções decorrentes de atos judiciais.

Com a edição da Lei de Responsabilidade Fiscal, em seu art. 42, quando da inscrição em Restos a Pagar, deverá ser observado:

Art.42- É vedado ao titular de Poder ou órgão referido no art.20, nos últimos dois quadrimestres do seu mandato, contrair obrigação de despesa que não possa ser cumprida integralmente dentro dele, ou que tenha parcelas a serem pagas no exercício seguinte sem que haja suficiente disponibilidade de caixa para esse efeito.

6.2 Prefeitura Municipal de Apiaí

A Prefeitura de Apiaí de acordo com a LRF na apresentação e avaliação de metas fiscais elabora prazos para audiência pública, onde o local realizado é na sede do Poder Legislativo Local (Câmara Municipal). O cronograma segue assim:

- Dia 28 de Fevereiro, referente ao 3º quadrimestre (Setembro a Dezembro) do exercício anterior.
- Dia 31 de maio, referente ao 1º quadrimestre (Janeiro a Abril) do exercício atual.
- Dia 30 de Setembro, referente ao 2º quadrimestre (Maio a Agosto) do exercício atual.

A data da audiência pública para apresentação e avaliação de metas fiscais do município de Apiaí

Parágrafo Único: Na determinação da disponibilidade de caixa serão considerados os encargos e despesas compromissadas a pagar até o final do exercício.

- A Despesa com Pessoal: Em cada período de apuração, não poderá exceder 60% da receita corrente líquida para os Municípios, dos quais 54% para o Executivo e 6% para o Legislativo.

- Operações de Crédito: registra o valor da receita decorrente da colocação de títulos públicos ou de empréstimos obtidos junto a entidades estatais internas ou externas.

6.3 Procedimentos Utilizados para Controlar as despesas com Pessoal

A Lei Complementar nº 101/2000 traz em seu texto medidas drásticas de controle e impõem uma gama de limites. Dentre eles os que mais trouxeram impactos sobre a administração foram os limites impostos a despesas com pessoal, pois, antes da LRF a folha de pagamento do setor público era inchada. A partir da promulgação da referida lei os gestores foram obrigados a rever seus conceitos e aprender a conviver com estes limites.

A Despesa com Pessoal: Em cada período de apuração, não poderá exceder 60% da receita corrente líquida para os Municípios, dos quais 54% para o Executivo e 6% para o Legislativo.

A LRF é categórica com relação ao cumprimento do limite e deixa claro isso no Art. 23, onde diz que, o administrador público quando ultrapassar o limite estabelecido deverá eliminá-lo nos dois quadrimestres seguintes, podendo realizar em duas etapas sendo pelo menos um terço no primeiro quadrimestre.

Isto quer dizer que o gestor público deverá tomar medidas de redução de despesa com pessoal. Que poderá ser desde redução da remuneração dos cargos de confiança que poderá chegar a 20%, extinção de cargo e função ou redução dos valores atribuídos a eles e até o desligamento dos servidores efetivos.

DEMOSNTRATIVO DE GASTOS COM PESSOAL PM DE APIAÍ/SP

	2ª Quadrimestre/2012
Receitas do Período	
Valor Utilizado para calculo da Despesa	R\$ 14.041.243,22
Vencimentos	R\$ 5.079.947,86
Aposentadorias	R\$ 24.436,83
Obrigações Patronais	R\$ 725.543,90
Pensões	R\$ 0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM PESSOAL	R\$ 5.829.928,59
PERCENTUAL DO GASTO COM PESSOAL (MÁXIMO 54%)	41,52%

Fonte: Prefeitura Municipal em Audiência Publica na Câmara Municipal de Apiaí/SP, realizada dia 12 de setembro de 2012.

Neste quesito abordado pode se verificar que houve obediência no quesito de não exceder 60% da receita corrente com gastos com pessoal. A Prefeitura de Apiaí teve o percentual de 41,52%. Esses dados foram divulgados em audiência publica, realizado na Câmara Municipal de Apiaí demonstrando a transparência nas contas públicas, Os dados fornecidos e divulgados podem ser facilmente consultados e ser compreendido através do site do tribunal de contas

do Estado de São Paulo e no Portal da Transparência. Qualquer cidadão pode consultar, com isso podemos observar a aplicação correta e as ações contra o mau uso do dinheiro público. No Portal da transparência podemos verificar os gastos realizados e as receitas arrecadadas.

O PPA – Plano Plurianual é divulgado pela Prefeitura de Apiaí através de convite em jornal de circulação local e enviado convite pessoal para as autoridades do município da realização de audiência pública para a sua elaboração e da Lei Municipal da sua aprovação.

A LOA – Plano Plurianual é divulgado pela Prefeitura de Apiaí através de convite em jornal de circulação local e enviado convite pessoal para as autoridades do município da realização de audiência pública para a sua elaboração e da Lei Municipal da sua aprovação.

A LDO - – Plano Plurianual é divulgado pela Prefeitura de Apiaí através de convite em jornal de circulação local e enviado convite pessoal para as autoridades do município da realização de audiência pública para a sua elaboração e da Lei Municipal da sua aprovação.

São divulgadas as receitas recebidas e as despesas realizadas pela Prefeitura de Apiaí através de publicação no mural do prédio sede da prefeitura e no site do município (www.apiai.sp.gov.br) no link portal a transparência. Divulgado os gastos com a educação e ensino em jornal de circulação local através de relatórios trimestrais de receitas e despesas. Feito a divulgação do RGF – Relatório de Gestão Fiscal (Quadrimestral) e o RREO – Relatório Resumido de Execução Orçamentária (Bimestral) em jornal de circulação local no mês subsequente ao fechamento do bimestre ou do quadrimestre. O RGF e o RRO são enviados para o tribunal de Contas do Estado de São Paulo através do sistema AUDESP – Auditoria Eletrônica de Órgãos Públicos no mês subsequente ao fechamento do bimestre ou do quadrimestre. Em relação às receitas e despesas da saúde são enviados as informações através do SIOPS – Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde, após o encerramento de cada bimestre. Na educação as receitas e despesas são enviadas através do SIOPE – Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação, até a data de 30 de abril, subsequente ao encerramento de cada exercício.

DO ESTADO DE SÃO PAULO

Contas Municipais

- Receitas
- Despesas
- Dados Comparados
- Análises Diversas
- Avaliações
- Alertas
- Relatórios de Atividades
- Julgamento x Parecer

Informações

- Portal Institucional
- Aprenda a Fiscalizar
- Divulgue
- Glossário
- Perguntas Frequentes
- Downloads e API
- Links
- Sobre o Portal
- Fale Conosco
- Mapa do Site

Consultas de despesas

Município: Apiaí

Órgão: PREFEITURA MUNICIPAL DE APIAÍ

Referência: maio/2012

Tipo de despesa: Valor Empenhado
 No. Empenho: 4327-2012
 CNPJ / CPF: CNPJ - PESSOA JURÍDICA - 43111426000125
 Fornecedor: HOTEL BERRO DAGUA LTDA EPP
 Data: 2012-05-28
 Valor empenhado: 2.100,00
 Função de Governo: ASSISTÊNCIA SOCIAL
 Sub-Função de Governo: ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA
 Programa: 36 - Assistência Social
 Ação: 2,063 - Operação e Manutenção da Assistência Comunitária
 Fonte de Recurso: TESOURO
 Código de aplicação fixo: 0500 - ASSISTÊNCIA SOCIAL - RECURSOS ESPECÍFICOS
 Modalidade Licitação: DISPENSA DE LICITAÇÃO
 Elemento: 33903900 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
 Histórico/Despesa: PGT0 DE REF. A RESERVAS E DIARIAS DE HOTEL E PACOTES DE SERVIÇOS(CAFÉ DA MANHÃ, ALMOÇO, COOFE BREAK E JANTAR) 5 FUNCIONARIOS DESTA SECRETARIA QUE IRÃO PARTICIPAR DE EVENTO DE CAPACITAÇÃO REGIONAL NOS DIAS 12,13,E 14/06/12 NA CIDADE DE AVARÉ, CONF. OFICIO 116/2012 EM ANEXO.

CSV XML

Tribunal de Contas do Estado de São Paulo - Av. Rangel Pestana,315 - Centro - CEP 01017-906 - São Paulo/SP-PABX: 3292-3266

Fonte: PORTAL DO CIDADÃO, Disponibilizado em:
http://www.portaldocidadao.tce.sp.gov.br/despesas_detalhada_id/191442335

Podemos observar nesta consulta através do Portal, nas consultas de despesas, tendo como referencia o mês de maio/2012, uma despesa no valor de R\$ 2.100,00 em um Hotel, referente à reserva e diárias de Hotel e pacotes de serviços (café da manhã, almoço, coofe break e jantar) 05 funcionários participaram de um evento de capacitação regional nos dias 12,13, e 14/06/12 na cidade de Avaré, conforme oficio 116/2012. Observando essas informações claras e acessíveis fica fácil de cobrar e fiscalizar se não esta havendo desperdício ou mau gasto do dinheiro público. Na pagina da Prefeitura de Apiaí/SP, consta publicações sobre receitas e despesas do Município, informações sobre o Orçamento Participativo. A população participando e fiscalizando pode opinar e analisar se os impostos pagos por nos, está sendo revertida ao bem estar social da população,

7 MUDANÇAS

Após a aplicação da Lei de Responsabilidade Fiscal houve uma melhora nos resultados orçamentários e fiscais das contas públicas, pois os administradores públicos passaram a ter um perfil de conduta, obedecendo a novas regras, sob pena de severas sanções, aos princípios do equilíbrio das contas públicas, de gestão orçamentária e financeira responsável, eficiente, eficaz e transparente. Isso significa um maior comprometimento com os resultados por parte dos administradores.

Entre as vantagens da lei podemos citar:

- A Lei disponibilizou informações sobre as contas publicas;
- Maior comprometimento dos gestores;
- Transparência nas contas publicas;
- Punição aos maus administradores.

Entre as desvantagens podemos citar:

- Ainda falta mais divulgação sobre a participação popular.
- O acesso à internet ainda não é universal.

A LRF possibilitou uma nova postura dos nossos governantes, uma maior preocupação no equilíbrio das finanças publica, com maior qualidade na utilização dos gastos públicos, com políticas publicas voltada aos desejos da sociedade.

Através do Principio da Transparência pode se considerar como um instrumento meramente repressivo, um controle preventivo, com capacidade de regulamentar e fiscalizar as ações dos administradores, com isso pôs uma nova postura nos nossos governantes, uma vez que tiveram que demonstrar e divulgar os seus atos, os administradores públicos passaram a ter ciência das conseqüências que podem ocorrer no caso de desajuste de sua administração.

Através do Princípio da Transparência os gestores passaram a se preocupar com a qualidade da sua administração, e de forma que a população tem analisado e acompanhado os gastos e investimentos públicos. Com uma visão positiva da administração a sociedade, tende a participar e contribuir para eficiência dos gastos, e da aplicação destes recursos direcionando nos locais de maior necessidade.

PREFEITURA MUNICIPAL DE APIAÍ
ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS

RECEITAS						
TÍTULOS	2009	AV%	2010	AV%	2011	AV%
RECEITAS CORRENTES	33.505.189,50	110,35	36.948.525,11	100,64	42.785.896,15	110,68
Receita Tributária	3.059.046,74	10,07	2.576.656,14	7,02	3.089.662,26	7,99
Receita de Contribuição	254.948,89	0,84	302.563,68	0,82	234.396,58	0,61
Receita Patrimonial	148.110,22	0,49	186.471,05	0,51	114.162,42	0,30
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Correntes	29.471.559,49	97,06	32.422.530,38	88,31	38.643.796,72	99,97
Outras Receitas Correntes	571.524,16	1,88	1.460.303,86	3,98	703.878,17	1,82
RECEITAS DE CAPITAL	407.741,70	1,34	3.639.860,56	9,91	509.032,35	1,32
Alienação de Bens	78.742,55	0,26	11.880,00	0,03	0,00	0,00
Transferências de Capital	238.029,49	0,78	3.495.138,66	9,52	417.831,28	1,08
Outras Receitas de Capital	90.969,66	0,30	132.841,90	0,36	91.201,07	0,24
DEDUÇÕES DE DESPESAS	-3.549.092,17	-11,69	-3.873.093,89	-10,55	-4.637.762,23	-12,00
Fundeb	-3.549.092,17	-11,69	-3.873.093,89	-10,55	-4.637.762,23	-12,00
TOTAL	30.363.839,03	100,00	36.715.291,78	100,00	38.657.166,27	100,00

DESPESAS						
TÍTULOS	2009	AV%	2010	AV%	2011	AV%
JUDICIÁRIA	180.623,97	0,59	200.079,48	0,60	237.115,77	0,58
ADMINISTRAÇÃO	4.509.020,03	14,84	4.344.708,04	13,05	5.293.041,79	13,00
SEGURANÇA PÚBLICA	597.742,60	1,97	664.432,28	2,00	766.191,37	1,88
ASSISTÊNCIA SOCIAL	1.330.937,53	4,38	1.506.621,75	4,52	1.961.780,23	4,82
SAÚDE	7.183.731,57	23,64	7.419.408,76	22,28	9.426.694,99	23,15
EDUCAÇÃO	10.734.717,12	35,32	12.149.647,19	36,48	15.089.836,07	37,06
CULTURA	447.448,62	1,47	259.218,46	0,78	645.077,32	1,58
URBANISMO	2.068.174,78	6,80	3.249.576,12	9,76	2.256.832,27	5,54
HABITAÇÃO	18.972,70	0,06	0,00	0,00	14.900,00	0,04
GESTÃO AMBIENTAL	17,50	0,00	101.747,55	0,31	278.996,44	0,69
AGRICULTURA	858.521,39	2,82	726.103,98	2,18	690.217,23	1,70
COMÉRCIO E SERVIÇOS	340.965,97	1,12	339.968,07	1,02	419.495,50	1,03
TRANSPORTE	286.848,09	0,94	352.566,67	1,06	955.058,02	2,35
DESPORTO E LAZER	280.352,82	0,92	284.682,17	0,85	390.551,75	0,96
ENCARGOS ESPECIAIS	1.554.516,84	5,11	1.702.216,74	5,11	2.294.671,91	5,64
TOTAL	30.392.591,53	100,00	33.300.977,26	100,00	40.720.460,66	100,00

Fonte: Balanço Orçamentário da Prefeitura de Apiaí/SP (Exercício de 2009/2010/2011), em anexo.

Pode-se analisar facilmente, após os cálculos de análise de origem e aplicação de recursos da Prefeitura de Apiaí/SP, feito na planilha acima, que tomando como observação a despesa com Habitação a aplicação foi sendo diminuída, tendo em 2009 o índice de 0.06%, passando em 2010 para 0,00% e em 2011 em 0,04%.

Isso demonstra que a Prefeitura de Apiaí, tem investido pouco ou quase nada na questão de habitação nos anos de 2009/2010/2011 para os seus munícipes, demonstrando que no seu orçamento os investimentos na habitação não tem grande relevância, podendo com isso criar uma imagem pouco vista em uma cidade que não se tenha casas em áreas de riscos ou famílias sem condições de ter uma moradia adequada.

Por isso é de grande valia a participação da sociedade, e a transparência nos gastos públicos e a destinação dos recursos nas áreas de prioridades e para o bem estar da sociedade.

PREFEITURA MUNICIPAL DE APIAÍ
ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS

RECEITAS						
TÍTULOS	2009	2010	AH%	2010	2011	AH%
RECEITAS CORRENTES	<u>33.505.189,50</u>	<u>36.948.525,11</u>	110,28	<u>36.948.525,11</u>	<u>42.785.896,15</u>	115,80
Receita Tributária	3.059.046,74	2.576.656,14	84,23	2.576.656,14	3.089.662,26	119,91
Receita de Contribuição	254.948,89	302.563,68	118,68	302.563,68	234.396,58	77,47
Receita Patrimonial	148.110,22	186.471,05	125,90	186.471,05	114.162,42	61,22
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Correntes	29.471.559,49	32.422.530,38	110,01	32.422.530,38	38.643.796,72	119,19
Outras Receitas Correntes	571.524,16	1.460.303,86	255,51	1.460.303,86	703.878,17	48,20
RECEITAS DE CAPITAL	<u>407.741,70</u>	<u>3.639.860,56</u>	892,69	<u>3.639.860,56</u>	<u>509.032,35</u>	13,98
Alienação de Bens	78.742,55	11.880,00	15,09	11.880,00	-	0,00
Transferências de Capital	238.029,49	3.495.138,66	1468,36	3.495.138,66	417.831,28	11,95
Outras Receitas de Capital	90.969,66	132.841,90	146,03	132.841,90	91.201,07	68,65
Operações de Crédito	<u>-3.549.092,17</u>	<u>-3.873.093,89</u>	109,13	<u>-3.873.093,89</u>	<u>-4.637.762,23</u>	119,74
	-3.549.092,17	-3.873.093,89	109,13	-3.873.093,89	-4.637.762,23	119,74
	30.363.839,03	36.715.291,78	120,92	36.715.291,78	38.657.166,27	105,29

DESPESAS						
TÍTULOS	2009	2010	AV%	2010	2011	AV%
JUDICIÁRIA	180.623,97	200.079,48	110,77	200.079,48	237.115,77	118,51
ADMINISTRAÇÃO	4.509.020,03	4.344.708,04	96,36	4.344.708,04	5.293.041,79	121,83
SEGURANÇA PÚBLICA	597.742,60	664.432,28	111,16	664.432,28	766.191,37	115,32
ASSISTÊNCIA SOCIAL	1.330.937,53	1.506.621,75	113,20	1.506.621,75	1.961.780,23	130,21
SAÚDE	7.183.731,57	7.419.408,76	103,28	7.419.408,76	9.426.694,99	127,05
EDUCAÇÃO	10.734.717,12	12.149.647,19	113,18	12.149.647,19	15.089.836,07	124,20
CULTURA	447.448,62	259.218,46	57,93	259.218,46	645.077,32	248,85
URBANISMO	2.068.174,78	3.249.576,12	157,12	3.249.576,12	2.256.832,27	69,45
HABITAÇÃO	18.972,70	0,00	0,00	0,00	14.900,00	100,00
GESTÃO AMBIENTAL	17,50	101.747,55	581,41	101.747,55	278.996,44	274,20
AGRICULTURA	858.521,39	726.103,98	84,58	726.103,98	690.217,23	95,06
COMÉRCIO E SERVIÇOS	340.965,97	339.968,07	99,71	339.968,07	419.495,50	123,39
TRANSPORTE	286.848,09	352.566,67	122,91	352.566,67	955.058,02	270,89
DESPORTO E LAZER	280.352,82	284.682,17	101,54	284.682,17	390.551,75	137,19
ENCARGOS ESPECIAIS	1.554.516,84	1.702.216,74	109,50	1.702.216,74	2.294.671,91	134,80
TOTAL	30.392.591,53	33.300.977,26	109,57	33.300.977,26	40.720.460,66	122,28

Fonte: Balanço Financeiro da Prefeitura de Apiaí/SP (Exercício de 2009/2010/2011), em anexo.

Através da análise do Balanço Financeiro no período de 2009/2010/2011, podemos observar que as despesas com Urbanismo tomando como base os anos de 2009/2010, tiveram um investimento pela Prefeitura de Apiaí/SP de 157,12%. Já nos anos de 2010/2011, esse investimento foi diminuído para 69,45%.

**OUTRAS ANÁLISES VERTICAIS:
RECEITAS E DESPESAS**

EXERCÍCIO	2009		2010		2011	
RECEITA EXECUTADA	30.363.839,03		36.715.291,78		38.657.166,27	
DESPEXA EXEUTADA	30.392.591,53		1,00	33.300.977,26	0,91	40.720.460,66
						1,05

Fonte: Balanço Orçamentário da Prefeitura de Apiaí/SP (Exercício de 2009/2010/2011), em anexo.

QUOCIENTE DO RESULTADO ORÇAMENTÁRIO:

	2009		2010		2011	
RECEITA EXECUTADA	30.363.839,03	100,00	36.715.291,78	100,00	38.657.166,27	100,00
(-) DESPESAS REALIZADA						
	<u>30.392.591,53</u>	<u>100,09</u>	<u>33.300.977,26</u>	<u>90,70</u>	<u>40.720.460,66</u>	<u>105,34</u>
SUPERÁVIT EXERC. ORÇAM.	-28.752,50	- 0,09	3.414.314,52	9,30	-2.063.294,39	- 5,34

Este índice permite verificar a situação da receita realizada em relação à despesa executada, ou seja, a cada R\$ 1,00 de despesa realizada corresponde a R\$ 1,00 de receita arrecadada, apurado em cada exercício, ou seja, em 2009 resultou numa aplicação de igualdade na receita contra a despesa. Já em 2010 houve déficit devido à despesa ser superior a receita executada. Já em 2011 resultou em superávit devido à despesa ser menor que a receita executada.

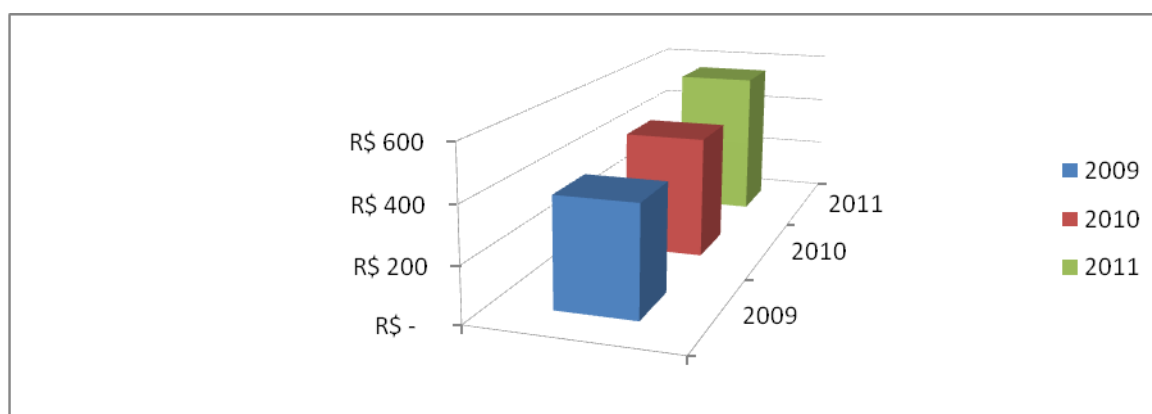
QUOCIENTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA CORRENTE:

EXERCÍCIO	2009		2010		2011	
RECEITA CORRENTE	33.505.189,50		36.948.525,11		42.785.896,15	
DESPESA CORRENTE	30.392.591,53	1,10	33.300.977,26	1,11	40.720.460,66	1,05

Fonte: Balanço Financeiro da Prefeitura de Apiaí/SP (Exercício de 2009/2010/2011), em anexo.

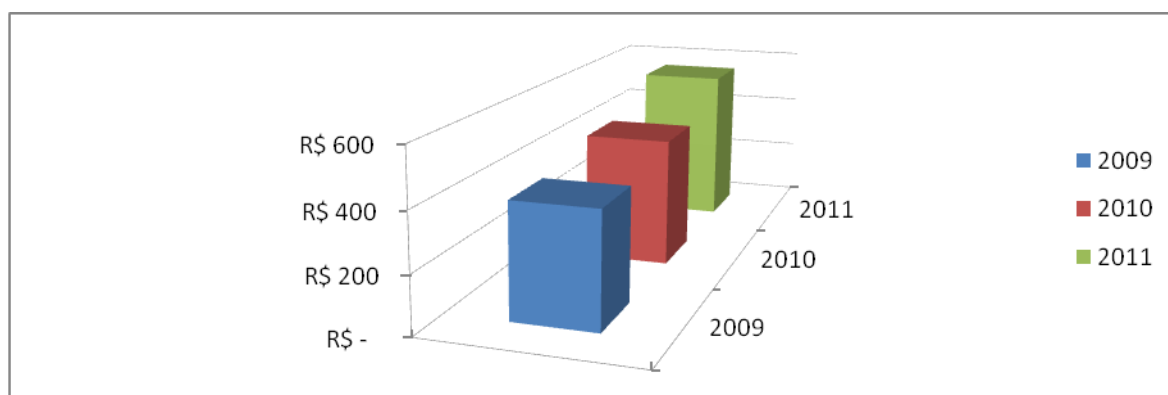
Para cada R\$ 1,00 de despesa corrente nos exercícios de 2009, corresponde respectivamente a R\$ 1,10. Já em 2010 corresponde a R\$ 1,11 e R\$ 1,05 de receita corrente em 2011.

GASTOS NA SAUDE POR HABITANTE



Em 2009 a Prefeitura de Apiaí/SP, investiu na saúde por habitante R\$ 264,48. Já em 2010, houve um pequeno aumento, sendo o valor investido na saúde por habitante de R\$ 273,15 e em 2011 o valor investido na saúde por habitante foi de R\$ 347,05.

INVESTIMENTOS NA EDUCAÇÃO



Em 2009 a Prefeitura de Apiaí/SP, investiu na educação por habitante R\$ 395,21. Já em 2010, houve um pequeno aumento, sendo o valor investido na educação por habitante de R\$ 447,30 e em 2011 o valor investido na educação por habitante foi de R\$ 555,55.

CONCLUSÃO

Este trabalho utilizou de dados publicados pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo e da Prefeitura Municipal de Apiaí/SP, que gentilmente facilitaram e cederam informações. De fato a Lei de Responsabilidade Fiscal forçou a mudança no comportamento dos governantes, através da divulgação das informações orçamentárias e contábeis em meios de amplo acesso público. Nesse sentido, cria relatórios periódicos – bimestral, quadrimestral e anual - e audiências públicas – quadrimestral sobre as metas fiscais , além da obrigatoriedade de divulgação em meio eletrônico.

O estudo demonstra que o processo orçamentário de Apiaí/SP, tem um acompanhamento dos gastos públicos e a aplicação dos recursos, na questão da LRF enfatiza a participação da população através de audiências publica, e a importância de se modificar a mentalidade da sociedade sobre a forma que a população pode participar efetivamente neste processo, mais demonstra que a Prefeitura de Apiaí está cumprindo com os requisitos da Lei de Responsabilidade Fiscal, mais devido a pouca participação da população, demonstra apenas se preocupar com as exigências da lei.

Com isso a sociedade, pouco participativa desconhece a importância da Responsabilidade Fiscal enfatizando a transparência na gestão, visto que a Lei impôs, à Administração Publica, um novo regime fiscal, tendo como fiscal a própria sociedade A LRF possibilitou uma forma clara e sucinta a fim de permitir que a sociedade tivesse maior conhecimento sobre a sua funcionalização e como poderia ocorrer

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Constituições. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: www.planalto.gov.br

Brasil. Conselho Nacional de Secretários de Saúde. **Para entender a gestão do SUS / Conselho Nacional de Secretários de Saúde**. - Brasília: CONASS, 2003. 248 p.

_____. Tribunal de Contas da União. **Orientações para conselheiros de saúde / Tribunal de Contas da União**. – Brasília: TCU, 4ª Secretaria de Controle Externo, 2010. 127 p.

_____. Lei Complementar nº. 101, 4 de maio de 2000 - **Lei de Responsabilidade Fiscal**. Brasília: Presidência da República, 2000.

_____. Lei Complementar nº 131, 27 de maio de 2009. Brasília: Presidência da República, 2009.

_____. Lei Ordinária nº 8.142, 28 de dezembro de 1990. Brasília: Presidência da República, 1990.

KOHAMA, H. **Contabilidade Pública: teoria e prática**. 9 Ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARION, José Carlos. **Contabilidade básica**. 7. Ed. – São Paulo: Atlas, 2004.

SILVA, Lino Martins da. **Contabilidade Governamental: um enfoque administrativo**. 7. Ed. – São Paulo: Atlas, 2004.

PELICIOLO, Angela Cristina. **A lei de responsabilidade na gestão fiscal**. In: *Revista de informação legislativa*. Brasília, ano 37 n. 146, abr/jun, 2000, p. 109-117.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. 8. reimpr. São Paulo: Atlas, 2007.

Via Internet

WIKIPÉDIA, A Enciclopédia Viva. **Política Pública**. Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/contabilidade_p/c3%BAplica. Acesso em 10/09/2012

WIKIPÉDIA, A Enciclopédia Livre. **LRF**. Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Lei_de_Responsabilidade_Fiscal. Acesso em 10/09/2012

TESOURO NACIONAL, **RESPONSABILIDADE FISCAL**. Disponível em: <https://www.tesouro.fazenda.gov.br/pt/responsabilidade-fiscal/mais/lrf-lei-de-responsabilidade-fiscal>. Acesso em 10/09/2012

ANEXOS – BALANÇO DA PREFEITURA

Betha Sistemas
Exercício de 2011
Período: Janeiro à Dezembro
Página 1

PREFEITURA MUNICIPAL DE APIAI
Balanço Patrimonial do Período de Janeiro à Dezembro - Anexo 14
Administração Direta

Ativo		Passivo	
Títulos	Valor R\$	Títulos	Valor R\$
ATIVO FINANCEIRO	1.697.682,96	PASSIVO FINANCEIRO	6.099.061,43
DISPONIVEL	46.278,08	RESTOS A PAGAR	5.492.688,48
CAIXA	19.674,45	DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	547.033,42
BANCO C/ MOVIMENTO	26.110,05	SERVICOS DA DIVIDA A PAGAR	59.339,53
CONTAS MOVTO ENSINO	493,58	DESPESAS EMPENHADAS A PAGAR	4.116,75
VINCULADO EM CONTA CORRENTE BANCARIA	1.427.781,08	DESPESAS DE PESSOAL A PAGAR	-4.116,75
BANCOS C/ VINCULADA	661.502,51		
CONTAS VINCULADAS - ENSINO	232.878,44		
CONTAS VINCULADAS - SAUDE	533.400,13		
REALIZAVEL	223.623,80		
PAGAMENTOS ANTECIPADOS	223.623,80		
ATIVO PERMANENTE	20.532.789,11	PASSIVO PERMANENTE	11.903.989,63
BENS MOVEIS	8.225.063,46	DIVIDA FUNDADA INTERNA	12.000.864,63
MOVEIS	8.225.063,46	DEBITOS CONSOLIDADOS	-96.875,00
BENS IMOVEIS	10.305.126,63		
IMOVEIS	10.305.126,63		
CREDITOS	1.987.914,00		
DIVIDAATIVA	1.987.914,00		
VALORES	14.685,02		
PARTICIPACOES SOCIETARIAS	14.685,02		
Soma do Ativo Real	22.230.472,07	Soma do Passivo Real	18.003.051,06
SALDO PATRIMONIAL	0,00	SALDO PATRIMONIAL	4.227.421,01
Passivo Real Descoberto	0,00	Ativo Real Liquido	4.227.421,01
ATIVO COMPENSADO	200,00	PASSIVO COMPENSADO	200,00
DIVERSOS	200,00	CONTRAPARTIDAS	200,00
RESPONSAVEIS POR ADINTAMENTO	200,00	CONTRAPARTIDAS SINTETICAS	200,00
TOTAL GERAL	22.230.672,07	TOTAL GERAL	22.230.672,07

APIAI, 11/09/2012

Emilson Couras da Silva
Prefeito Municipal

Fonte: Balanço Patrimonial da Prefeitura de Apiaí/SP (Exercício de 2011), disponibilizado pelo setor de contabilidade.

PREFEITURA MUNICIPAL DE APIAI

Balanco Financeiro - Anexo 13 - Administração Direta

Betha Sistemas

Exercício de 2011

Anexo - 13

Período: Janeiro à Dezembro

Página 1

Receita		Despesa	
Títulos	Valor	Títulos	Valor
Receita Orçamentária	38.657.166,27	Despesa Orçamentária	40.720.460,66
RECEITAS CORRENTES	42.785.896,15	Judiciária	237.115,77
RECEITA TRIBUTARIA	3.089.662,26	Administração	5.293.041,79
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	234.396,58	Segurança Pública	766.191,37
RECEITA PATRIMONIAL	114.162,42	Assistência Social	1.961.780,23
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	38.643.796,72	Saúde	9.426.694,99
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	703.878,17	Educação	15.089.836,07
RECEITAS DE CAPITAL	509.032,35	Cultura	645.077,32
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	417.831,28	Urbanismo	2.256.832,27
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	91.201,07	Habitação	14.900,00
DEDUÇÕES DE RECEITAS	-4.637.762,23	Gestão Ambiental	278.996,44
FUNDEB	-4.637.762,23	Agricultura	690.217,23
		Comércio e Serviços	419.495,50
		Transporte	955.058,02
		Desporto e Lazer	390.551,75
		Encargos Especiais	2.294.671,91
Interferências Financeiras Ativas	148.950,51	Interferências Financeiras Passivas	1.500.000,00
Demais Transferências Recebidas	148.950,51	Demais Transferências Concedidas	1.500.000,00
Receita Extraorçamentária	11.040.988,07	Despesa Extraorçamentária	8.373.165,52
PAGAMENTOS ANTECIPADOS	46.755,07	PAGAMENTOS ANTECIPADOS	47.261,52
RESTOS A PAGAR	4.486.796,62	RESTOS A PAGAR	2.879.485,64
DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	4.227.693,84	DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	3.543.161,68
SERVICOS DA DIVIDA A PAGAR	1.903.256,68	SERVICOS DA DIVIDA A PAGAR	1.903.256,68
CANCELAMENTO DE RESTOS A PAGAR	376.485,86		
Saldo Exercício Anterior	2.220.580,49	Saldo para o Exercício Seguinte	1.474.059,16
BANCO C/ MOVIMENTO	76.528,80	BANCO C/ MOVIMENTO	26.110,05
BANCOS C/ VINCULADA	1.797.050,04	BANCOS C/ VINCULADA	661.502,51
CAIXA	11.898,04	CAIXA	19.674,45
CONTAS MOVTO ENSINO	556,93	CONTAS MOVTO ENSINO	493,58
CONTAS MVTO - SAUDE	1.599,76	CONTAS MVTO - SAUDE	0,00
CONTAS VINCULADAS - ENSINO	193.221,41	CONTAS VINCULADAS - ENSINO	232.878,44
CONTAS VINCULADAS - SAUDE	139.725,51	CONTAS VINCULADAS - SAUDE	533.400,13
Total	52.067.685,34	Total	52.067.685,34

APIAI, 11/09/2012

Emilson Couras da Silva
Prefeito Municipal

Fonte: Balanço Financeiro da Prefeitura de Apiaí/SP (Exercício de 2011), disponibilizado pelo setor de contabilidade.

PREFEITURA MUNICIPAL DE APIAI
 Balanço Orçamentário - Administração Direta

Betha Sistemas
 Exercício de 2011
 Período: Janeiro à Dezembro
 Página 1

Títulos	Previsão/Fixação R\$	Execução R\$	Diferenças R\$
<u>Receita</u>			
RECEITAS CORRENTES	37.856.560,00	42.785.896,15	4.929.336,15
RECEITA TRIBUTARIA	3.176.734,00	3.089.662,26	-87.071,74
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	358.765,00	234.396,58	-124.368,42
RECEITA PATRIMONIAL	112.893,00	114.162,42	1.269,42
RECEITA DE SERVIÇOS	3.630,00	0,00	-3.630,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	33.632.208,00	38.643.796,72	5.011.588,72
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	572.330,00	703.878,17	131.548,17
RECEITAS DE CAPITAL	1.853.660,00	509.032,35	-1.344.627,65
ALIENAÇÃO DE BENS	18.590,00	0,00	-18.590,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	1.727.380,00	417.831,28	-1.309.548,72
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	107.690,00	91.201,07	-16.488,93
DEDUÇÕES DE RECEITAS	-4.836.370,00	-4.637.762,23	198.607,77
FUNDEB	-4.836.370,00	-4.637.762,23	198.607,77
Soma:	34.873.850,00	38.657.166,27	3.783.316,27
Déficit:	6.379.974,77	2.063.294,39	-4.316.680,38
Total:	41.253.824,77	40.720.460,66	-533.364,11
<u>Despesa</u>			
Créditos Orçamentários e Suplementares	40.891.824,77	40.647.366,26	-244.458,51
Créditos Especiais	362.000,00	73.094,40	-288.905,60
Créditos Extraordinários	0,00	0,00	0,00
Soma:	41.253.824,77	40.720.460,66	-533.364,11
Superávit:	0,00	0,00	0,00
Total:	41.253.824,77	40.720.460,66	-533.364,11

APIAI, 11/09/2012

Emilson Couras da Silva
 Prefeito Municipal

Fonte: Balanço Orçamentário da Prefeitura de Apiaí/SP (Exercício de 2011), disponibilizado pelo setor de contabilidade.

Betha Sistemas

Exercício de 2010

Período: Janeiro à Dezembro

Página 1

PREFEITURA MUNICIPAL DE APIAI

Balanço Patrimonial do Período de Janeiro à Dezembro - Anexo 14

Administração Direta

Ativo		Passivo	
Titulos	Valor R\$	Titulos	Valor R\$
ATIVO FINANCEIRO	2.443.697,84	PASSIVO FINANCEIRO	3.807.218,29
DISPONIVEL	90.583,53	RESTOS A PAGAR	3.885.377,50
CAIXA	11.898,04	DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	-137.498,74
BANCO C/ MOVIMENTO	76.528,80	SERVICOS DA DIVIDAA PAGAR	59.339,53
CONTAS MOVTO ENSINO	556,93		
CONTAS MVTO - SAUDE	1.599,76		
VINCULADO EM CONTA CORRENTE BANCARIA	2.129.996,96		
BANCOS C/ VINCULADA	1.797.050,04		
CONTAS VINCULADAS - ENSINO	193.221,41		
CONTAS VINCULADAS - SAUDE	139.725,51		
REALIZAVEL	223.117,35		
PAGAMENTOS ANTECIPADOS	223.117,35		
ATIVO PERMANENTE	19.475.536,96	PASSIVO PERMANENTE	12.414.356,58
BENS MOVEIS	7.219.600,20	DIVIDA FUNDADA INTERNA	12.414.356,58
MOVEIS	7.219.600,20		
BENS IMOVEIS	10.305.126,63		
IMOVEIS	10.305.126,63		
CREDITOS	1.930.848,96		
DIVIDAATIVA	1.930.848,96		
VALORES	14.685,02		
PARTICIPACOES SOCIETARIAS	14.685,02		
DIVERSOS	5.276,15		
ALMOXARIFADO	5.276,15		
Soma do Ativo Real	21.919.234,80	Soma do Passivo Real	16.221.574,87
SALDO PATRIMONIAL	0,00	SALDO PATRIMONIAL	5.697.659,93
Passivo Real Descoberto	0,00	Ativo Real Liquido	5.697.659,93
TOTAL GERAL	21.919.234,80	TOTAL GERAL	21.919.234,80

APIAI, 11/09/2012

Emilson Couras da Silva
 Prefeito Municipal

Fonte: Balanço Patrimonial da Prefeitura de Apiaí/SP (Exercício de 2010), disponibilizado pelo setor de contabilidade.

Betha Sistemas

Exercício de 2010

Anexo - 13

PREFEITURA MUNICIPAL DE APIAI

Balanço Financeiro - Anexo 13 - Administração Direta

Período: Janeiro à Dezembro

Página 1

Receita		Despesa	
Titulos	Valor	Titulos	Valor
Receita Orçamentária	36.715.291,78	Despesa Orçamentária	33.300.977,26
RECEITAS CORRENTES	36.948.525,11	Judiciária	200.079,48
RECEITA TRIBUTARIA	2.576.656,14	Administração	4.344.708,04
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	302.563,68	Segurança Pública	664.432,28
RECEITA PATRIMONIAL	186.471,05	Assistência Social	1.506.621,75
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	32.422.530,38	Saúde	7.419.408,76
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.460.303,86	Educação	12.149.647,19
RECEITAS DE CAPITAL	3.639.860,56	Cultura	259.218,46
ALIENAÇÃO DE BENS	11.880,00	Urbanismo	3.249.576,12
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	3.495.138,66	Gestão Ambiental	101.747,55
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	132.841,90	Agricultura	726.103,98
Deduções de Receitas	-3.873.093,89	Comércio e Serviços	339.968,07
FUNDEB	-3.873.093,89	Transporte	352.566,67
		Desporto e Lazer	284.682,17
		Encargos Especiais	1.702.216,74
Interferências Financeiras Ativas	157.489,53	Interferências Financeiras Passivas	1.460.311,00
Demais Transferências Recebidas	157.489,53	Demais Transferências Concedidas	1.460.311,00
Receita Extraorçamentária	14.388.994,61	Despesa Extraorçamentária	15.166.549,27
PAGAMENTOS ANTECIPADOS	50.002,76	PAGAMENTOS ANTECIPADOS	248.478,80
RESTOS A PAGAR	2.905.014,76	RESTOS A PAGAR	3.787.324,21
DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	6.464.669,35	DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	4.997.215,02
SERVICOS DA DIVIDA A PAGAR	1.312.530,29	SERVICOS DA DIVIDA A PAGAR	1.282.901,34
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS	2.398.210,90	TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS	4.850.629,90
CANCELAMENTO DE RESTOS A PAGAR	1.258.566,55		
Saldo Exercício Anterior	886.642,10	Saldo para o Exercício Seguinte	2.220.580,49
BANCO C/ MOVIMENTO	39.126,42	BANCO C/ MOVIMENTO	76.528,80
BANCOS C/ VINCULADA	618.130,97	BANCOS C/ VINCULADA	1.797.050,04
CAIXA	7.631,19	CAIXA	11.898,04
CONTAS MOVTO ENSINO	180,88	CONTAS MOVTO ENSINO	556,93
CONTAS MVTO - SAUDE	1.054,17	CONTAS MVTO - SAUDE	1.599,76
CONTAS VINCULADAS - ENSINO	56.665,33	CONTAS VINCULADAS - ENSINO	193.221,41
CONTAS VINCULADAS - SAUDE	163.853,14	CONTAS VINCULADAS - SAUDE	139.725,51
Total	52.148.418,02	Total	52.148.418,02

APIAI, 11/09/2012

Emilson Couras da Silva
 Prefeito Municipal

Fonte: Balanço Financeiro da Prefeitura de Apiaí/SP (Exercício de 2010), disponibilizado pelo setor de contabilidade.

PREFEITURA MUNICIPAL DE APIAI

Balanco Orçamentário - Administração Direta

Betha Sistemas

Exercício de 2010

Período: Janeiro à Dezembro

Página 1

Titulos	Previsão/Fixação R\$	Execução R\$	Diferenças R\$
<u>Receita</u>			
RECEITAS CORRENTES	34.414.600,00	* 36.948.525,11	2.533.925,11
RECEITA TRIBUTARIA	2.887.940,00	2.576.656,14	-311.283,86
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	326.150,00	302.563,68	-23.586,32
RECEITA PATRIMONIAL	102.630,00	186.471,05	83.841,05
RECEITA DE SERVIÇOS	3.300,00	0,00	-3.300,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	30.577.030,00	32.422.530,38	1.845.500,38
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	517.550,00	1.460.303,86	942.753,86
RECEITAS DE CAPITAL	1.685.600,00	3.639.860,56	1.954.260,56
ALIENAÇÃO DE BENS	16.900,00	11.880,00	-5.020,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	1.570.800,00	3.495.138,66	1.924.338,66
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	97.900,00	132.841,90	34.941,90
Deduções de Receitas	-4.396.700,00	-3.873.093,89	523.606,11
FUNDEB	-4.396.700,00	-3.873.093,89	523.606,11
Soma:	31.703.500,00	36.715.291,78	5.011.791,78
Déficit:	3.075.741,11	0,00	-3.075.741,11
Total:	34.779.241,11	36.715.291,78	1.936.050,67
<u>Despesa</u>			
Créditos Orçamentários e Suplementares	32.509.989,11	31.235.373,69	-1.274.615,42
Créditos Especiais	2.269.252,00	2.065.603,57	-203.648,43
Créditos Extraordinários	0,00	0,00	0,00
Soma:	34.779.241,11	33.300.977,26	-1.478.263,85
Superávit:	0,00	3.414.314,52	3.414.314,52
Total:	34.779.241,11	36.715.291,78	1.936.050,67

APIAI, 11/09/2012

Emilson Couras da Silva

Prefeito Municipal

Fonte: Balanço Orçamentário da Prefeitura de Apiaí/SP (Exercício de 2010), disponibilizado pelo setor de contabilidade.

Betha Sistemas

Exercício de 2009

PREFEITURA MUNICIPAL DE APIAI

Período: Janeiro à Dezembro

Balanço Patrimonial do Período de Janeiro à Dezembro - Anexo 14

Página 1

Administração Direta

Ativo		Passivo	
Títulos	Valor R\$	Títulos	Valor R\$
ATIVO FINANCEIRO	911.283,41	PASSIVO FINANCEIRO	3.192.444,46
DISPONIVEL	47.992,66	RESTOS A PAGAR	4.767.686,95
CAIXA	7.631,19	DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	-1.604.953,07
BANCO C/ MOVIMENTO	39.126,42	SERVICOS DA DIVIDAA PAGAR	29.710,58
CONTAS MOVTO ENSINO	180,88		
CONTAS MVTO - SAUDE	1.054,17		
VINCULADO EM CONTA CORRENTE BANCARIA	838.649,44		
BANCOS C/ VINCULADA	618.130,97		
CONTAS VINCULADAS - ENSINO	56.665,33		
CONTAS VINCULADAS - SAUDE	163.853,14		
REALIZAVEL	24.641,31		
PAGAMENTOS ANTECIPADOS	24.641,31		
ATIVO PERMANENTE	18.610.450,42	PASSIVO PERMANENTE	11.066.378,70
BENS MOVEIS	6.491.983,11	DIVIDA FUNDADA INTERNA	11.066.378,70
MOVEIS	6.491.983,11		
BENS IMOVEIS	10.305.126,63		
IMOVEIS	10.305.126,63		
CREDITOS	1.793.379,51		
DIVIDAATIVA	1.793.379,51		
VALORES	14.685,02		
PARTICIPACOES SOCIETARIAS	14.685,02		
DIVERSOS	5.276,15		
ALMOXARIFADO	5.276,15		
Soma do Ativo Real	19.521.733,83	Soma do Passivo Real	14.258.823,16
SALDO PATRIMONIAL	0,00	SALDO PATRIMONIAL	5.262.910,67
Passivo Real Descoberto	0,00	Ativo Real Líquido	5.262.910,67
TOTAL GERAL	19.521.733,83	TOTAL GERAL	19.521.733,83

APIAI, 11/09/2012

Emilson Couras da Silva
 Prefeito Municipal

Fonte: Balanço Patrimonial da Prefeitura de Apiaí/SP (Exercício de 2009), disponibilizado pelo setor de contabilidade.

PREFEITURA MUNICIPAL DE APIAI

Balço Financeiro - Anexo 13 - Administração Direta

Betha Sistemas

Exercício de 2009

Anexo - 1:

Período: Janeiro à Dezembro

Página 1

Receita		Despesa	
Títulos	Valor	Títulos	Valor
Receita Orçamentária	30.363.839,03	Despesa Orçamentária	30.392.591,53
RECEITAS CORRENTES	33.505.189,50	Judiciária	180.623,97
RECEITA TRIBUTARIA	3.059.046,74	Administração	4.509.020,03
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	254.948,89	Segurança Pública	597.742,60
RECEITA PATRIMONIAL	148.110,22	Assistência Social	1.330.937,53
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	29.471.559,49	Saúde	7.183.731,57
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	571.524,16	Educação	10.734.717,12
RECEITAS DE CAPITAL	407.741,70	Cultura	447.448,62
ALIENAÇÃO DE BENS	78.742,55	Urbanismo	2.068.174,78
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	238.029,49	Habitação	18.972,70
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	90.969,66	Gestão Ambiental	17,50
Deduções de Receitas	-3.549.092,17	Agricultura	858.521,39
FUNDEB	-3.549.092,17	Comércio e Serviços	340.965,97
		Transporte	286.848,09
		Desporto e Lazer	280.352,82
		Encargos Especiais	1.554.516,84
Interferências Financeiras Ativas	191.948,12	Interferências Financeiras Passivas	1.273.000,00
Demais Transferências Recebidas	191.948,12	Demais Transferências Concedidas	1.273.000,00
Receita Extraorçamentária	8.927.210,31	Despesa Extraorçamentária	8.582.324,21
PAGAMENTOS ANTECIPADOS	48.746,75	PAGAMENTOS ANTECIPADOS	48.904,61
RESTOS A PAGAR	3.576.778,92	RESTOS A PAGAR	1.609.568,03
DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	4.036.809,23	DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	5.681.238,46
SERVICOS DA DIVIDA A PAGAR	1.242.768,82	SERVICOS DA DIVIDA A PAGAR	1.242.613,11
CANCELAMENTO DE RESTOS A PAGAR	22.106,59		
Saldo Exercício Anterior	1.651.560,38	Saldo para o Exercício Seguinte	886.642,10
BANCO C/ MOVIMENTO	94.673,62	BANCO C/ MOVIMENTO	39.126,42
BANCOS C/ VINCULADA	1.367.922,06	BANCOS C/ VINCULADA	618.130,97
CAIXA	2.550,92	CAIXA	7.631,19
CONTAS MOVTO ENSINO	2.160,31	CONTAS MOVTO ENSINO	180,88
CONTAS MVTO - SAUDE	16.683,37	CONTAS MVTO - SAUDE	1.054,17
CONTAS VINCULADAS - ENSINO	86.518,02	CONTAS VINCULADAS - ENSINO	56.665,33
CONTAS VINCULADAS - SAUDE	81.052,08	CONTAS VINCULADAS - SAUDE	163.853,14
Total	41.134.557,84	Total	41.134.557,84

APIAI, 11/09/2012

Emilson Couras da Silva
Prefeito Municipal

Fonte: Balço Financeiro da Prefeitura de Apiaí/SP (Exercício de 2009), disponibilizado pelo setor de contabilidade.

PREFEITURA MUNICIPAL DE APIAI

Balanço Orçamentário - Administração Direta

Betha Sistemas

Exercício de 2009

Período: Janeiro à Dezembro

Página 1

Títulos	Previsão/Fixação R\$	Execução R\$	Diferenças R\$
<u>Receita</u>			
RECEITAS CORRENTES	31.286.000,00	33.505.189,50	2.219.189,50
RECEITA TRIBUTARIA	2.625.400,00	3.059.046,74	433.646,74
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	296.500,00	254.948,89	-41.551,11
RECEITA PATRIMONIAL	93.300,00	148.110,22	54.810,22
RECEITA DE SERVIÇOS	3.000,00	0,00	-3.000,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	27.797.300,00	29.471.559,49	1.674.259,49
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	470.500,00	571.524,16	101.024,16
RECEITAS DE CAPITAL	1.532.000,00	407.741,70	-1.124.258,30
ALIENAÇÃO DE BENS	15.000,00	78.742,55	63.742,55
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	1.428.000,00	238.029,49	-1.189.970,51
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	89.000,00	90.969,66	1.969,66
Deduções de Receitas	-3.997.000,00	-3.549.092,17	447.907,83
FUNDEB	-3.997.000,00	-3.549.092,17	447.907,83
Soma:	28.821.000,00	30.363.839,03	1.542.839,03
Déficit:	3.572.867,54	28.752,50	-3.544.115,04
Total:	32.393.867,54	30.392.591,53	-2.001.276,01
<u>Despesa</u>			
Créditos Oçamentários e Suplementares	32.393.867,54	30.392.591,53	-2.001.276,01
Créditos Especiais	0,00	0,00	0,00
Créditos Extraordinários	0,00	0,00	0,00
Soma:	32.393.867,54	30.392.591,53	-2.001.276,01
Superávit:	0,00	0,00	0,00
Total:	32.393.867,54	30.392.591,53	-2.001.276,01

APIAI, 11/09/2012

Emilson Couras da Silva
Prefeito Municipal

Fonte: Balanço Orçamentário da Prefeitura de Apiaí/SP (Exercício de 2009), disponibilizado pelo setor de contabilidade.